



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO



Acordos Não Onerosos - s/ Plano de Trabalho Nº 0753958/2018

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – CGU, E O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE SANTA CATARINA (Processo CGU nº 00190.007224/2009-07 e Processo SEF nº 24123/2011).

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**, doravante denominada **CGU**, com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra 1, Bloco ‘A’, Edifício Darcy Ribeiro, em Brasília-DF, inscrita no CNPJ sob o nº 26.664.015/0001-48, neste ato representado nos termos do Decreto de 02 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União-DOU, de 03/07/2018, pelo Secretário Executivo, Sr. **José Marcelo Castro de Carvalho**, e o **ESTADO DE SANTA CATARINA**, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE SANTA CATARINA**, com sede no Centro Administrativo do Governo, Rodovia SC 401, Km 5, 4600, Saco Grande II, Florianópolis — SC, inscrito no CNPJ sob o número 82.951.310/0001-56, doravante denominado **ESTADO**, neste ato representando o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Santa Catarina Sr. Eduardo Pinho Moreira, o **SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA**, Sr. **Paulo Eli**, celebram o presente Acordo de Cooperação Técnica, doravante denominado **ACORDO**, nos termos do art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as cláusulas e as condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente **ACORDO** tem por objeto a integração de metodologias entre os partícipes, bem como o intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, de forma a incrementar as ações de prevenção, de combate à corrupção e de monitoramento das despesas públicas, do **ESTADO** e da **CGU**.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - o presente **ACORDO** visa dar continuidade às ações implementadas após o encerramento do projeto de criação do Observatório da Despesa Pública do Estado de Santa Catarina, oriundo do Acordo de Cooperação ATN/AA-12006-BR, entre a **CGU** e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA OPERACIONALIZAÇÃO

Cabe à Secretaria de Estado da Fazenda, por intermédio do Observatório da Despesa Pública de Santa Catarina, da Diretoria de Auditoria Geral, doravante referido simplesmente como ODP.*Santa Catarina*, e à Diretoria de Pesquisas e Informações Estratégicas - DIE, na CGU, por meio do Observatório da Despesa Pública, com sede no Setor de Autarquias Sul-SAS, Quadra 1, Bloco A, Edifício Darcy Ribeiro, 7º andar, Brasília/DF - CEP 70070-905, doravante referida simplesmente como ODP, operacionalizar o presente **ACORDO** de Cooperação, nos termos nele previstos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS FORMAS DE COOPERAÇÃO

A cooperação pretendida pelos partícipes consistirá em:

I – Aprimorar o monitoramento da aplicação de recursos públicos federais e estaduais repassados e aplicados no âmbito do **ESTADO**;

II – Integrar as metodologias adotadas pelos partícipes;

III – Realizar treinamentos em conjunto que visem aperfeiçoar as técnicas de prevenção, de combate à corrupção e de monitoramento das despesas públicas;

IV – Estabelecer meios de intercâmbio de profissionais em atividades conjuntas;

V – Estabelecer fluxos de envio de materiais, formas de entrega e periodicidade, visando a complementar as ações desenvolvidas e a troca de experiências e/ou informações;

VI – Fomentar assistência mútua para desenvolvimento das ações institucionais que envolvam interesses comuns aos partícipes;

VII – Desenvolver projetos de capacitação, investigação, transferência de tecnologia, análise de dados, estudos em conjunto entre os partícipes e divulgação em campos de interesse mútuo.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - As atividades a que se refere esta cláusula serão executadas na forma a ser definida, em cada caso, por ambos os partícipes, respeitadas as competências atribuídas pela Constituição Federal e pela Constituição do **ESTADO**.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - As atividades conjuntas de que trata o item IV serão realizadas seguindo critérios e formalidades a serem estabelecidos em cada caso pelas partes e somente serão possíveis nos casos que envolvam, ao mesmo tempo, agentes públicos federais e estaduais.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - No caso de atividades conjuntas em que haja intercâmbio de profissionais, cada órgão arcará com a mobilização do seu próprio pessoal, independentemente de ser o solicitante ou não.

SUBCLÁUSULA QUARTA - para o intercâmbio de dados e/ou informações necessários ao cumprimento das regras estabelecidas nesta cláusula, poderão ser adotados documentos por meio físico ou eletrônico, desde que garantida a identificação inequívoca do signatário, conforme estabelece a Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006.

CLÁUSULA QUARTA - DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTÍCIPES

I - Incumbe aos partícipes:

- a) apoiar mutuamente o desenvolvimento institucional dos órgãos de controle interno dos partícipes, inclusive mediante prestação de consultorias técnicas e disseminação de boas práticas;
- b) elaborar estudos de interesse comum entre os órgãos de controle interno partícipes, com o objetivo de prevenir e combater a corrupção e monitorar as despesas públicas;
- c) ter conhecimento e concordar com todos os itens definidos na Carta Consulta, que define a estratégia de implementação do ODP.*estadual*.

II - Os partícipes se obrigam a:

- a) fornecer as informações e as orientações necessárias ao melhor desenvolvimento e ao fiel cumprimento deste **ACORDO**;
- b) conduzir os trabalhos objeto deste **ACORDO** em conformidade com as normas e os procedimentos de auditoria governamental vigentes;
- c) proporcionar, com a necessária presteza e por meio de solicitações recíprocas, orientações suplementares quanto à metodologia a ser adotada no planejamento e na execução dos trabalhos, bem como na emissão dos relatórios dos estudos;
- d) manter à disposição do outro partícipe a respectiva jurisprudência atualizada, relativamente aos trabalhos objeto do **ACORDO**;
- e) disponibilizar, ao outro partícipe, material de interesse relativo a estudos específicos, e a ações de capacitação, devendo manter o devido sigilo, conforme acordado entre as partes;
- f) observar o direito autoral envolvendo cursos, programas ou qualquer material de divulgação institucional utilizado nas ações previstas neste **ACORDO**, devendo ser informados o crédito da autoria e o respectivo instrumento de cooperação que deu amparo à utilização do material pelo partícipe;
- g) levar, imediatamente, ao conhecimento do outro partícipe, ato ou ocorrência que interfira no andamento das atividades decorrentes deste **ACORDO**, para a adoção das medidas cabíveis;
- h) acompanhar e fiscalizar as ações relativas ao objeto do presente **ACORDO**;

- i) notificar, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução das atividades decorrentes do presente **ACORDO**;

- j) manter-se mutuamente informados sobre o andamento dos trabalhos e fornecer entre si relatórios pertinentes à execução das atividades incluídas neste **ACORDO**;

- k) disponibilizar regularmente as bases de dados autorizadas, pelos respectivos gestores, para compartilhamento com os demais integrantes da Rede ODP;

- l) compartilhar informações e estudos realizados em conjunto.

III - O ESTADO se obriga a:

- a) integrar a rede ODP;

- b) disponibilizar infraestrutura do Canal Físico: equipe, espaço físico, hardware, software e mobiliário, conforme Anexo I e II da Carta Consulta;

- c) adotar identidade visual da rede ODP.*estadual*;

- d) implantar, por ADESÃO à Rede, 3 unidades ODP.*municipal*, na capital e nos 2 municípios de maior Produto Interno Bruto-PIB do respectivo estado, via assinatura de instrumento específico, com a finalidade de fomentar o monitoramento das despesas públicas.

- e) disponibilizar e manter ambiente tecnológico compartilhado, para cruzamento de bases de dados, disponibilização e recebimento das informações compartilhadas pelos gestores de bases de dados e pelos integrantes da Rede ODP;

- f) disponibilizar à CGU formas de controle de acesso ao ambiente tecnológico compartilhado com as bases de dados compartilhadas apenas aos integrantes da Rede ODP;

- g) adotar providências necessárias para que os servidores integrantes da Rede ODP conheçam as normas e observem os procedimentos de segurança e de tratamento da informação para as bases de dados disponibilizadas no Portal da Rede ODP, em especial aos definidos pela Lei nº 12.527/2011 e pelo Decreto nº 7.845, de 14/11/2012, especialmente não repassar dados identificados a terceiros.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO

Este **ACORDO** de Cooperação será executado por meio da realização de ações de interesse dos partícipes, que traduzam as formas de cooperação estabelecidas na **CLÁUSULA TERCEIRA**, respeitadas as competências e finalidades de cada um.

CLÁUSULA SEXTA - DA INEXISTÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESPECÍFICA

O presente **ACORDO** é celebrado a título gratuito, não implicando compromissos financeiros ou transferências de recursos entre os partícipes, devendo os signatários arcar com os custos necessários ao alcance do pactuado.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - No caso de ocorrência de despesas, os procedimentos deverão ser consignados em instrumentos específicos, os quais obedecerão às condições previstas na legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por qualquer dos partícipes nas atividades inerentes ao presente **ACORDO** de Cooperação não sofrerão alterações na sua vinculação funcional com as instituições de origem, às quais cabe responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária decorrentes.

CLÁUSULA OITAVA - DO SIGILO E DA PROPRIEDADE

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Os dados necessários à realização de estudos conjuntos são de propriedade exclusiva da **CGU** e do **ESTADO**, sendo vedado aos partícipes a sua disponibilização, locação, repasse ou venda a qualquer título para terceiros, à exceção dos integrantes da Rede ODP, desde que devidamente autorizados.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Deverá ser avaliada pelos partícipes a cessão de acesso a sistemas, respeitando a legislação vigente.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Os agentes públicos que tiverem acesso aos dados sujeitam-se aos impedimentos e penalidades previstos no art. 32 da Lei nº 12.527 de 2011 e, especificamente a:

I - manter o grau de confidencialidade atribuído pelo cedente às informações a que tiver acesso em razão deste **ACORDO**, nos termos da legislação em vigor e respectivas regulamentações internas da **CGU** e do **ESTADO**.

II - guardar sigilo dos dados e das informações postos à disposição, utilizando-os, exclusivamente, para subsidiar o planejamento e o exercício de ações de auditoria, de fiscalização e de produção de informações estratégicas, cujo descumprimento sujeitam o infrator às penalidades legais cabíveis por violação do sigilo legal.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO E EFICÁCIA

A publicação do extrato do presente instrumento e de seus aditamentos será providenciada pela **CGU**, no Diário Oficial da União, e pelo Estado de Santa Catarina, no Diário Oficial do Estado, em consonância com o que dispõe o art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

O presente ACORDO terá vigência de 60 (sessenta) meses, iniciando-se a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado de comum acordo pelos partícipes, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO E DA RESCISÃO

O presente ACORDO poderá ser alterado a qualquer tempo, mediante termo aditivo, e rescindido a qualquer tempo, por mútuo consenso, pelo inadimplemento das obrigações assumidas pelos partícipes, ou pela iniciativa unilateral de qualquer deles, mediante notificação por escrito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

SUBCLÁUSULA ÚNICA: A eventual rescisão deste ACORDO não prejudicará a execução dos serviços que tenham sido instituídos mediante instrumento próprio, devendo as atividades iniciadas serem desenvolvidas normalmente até seu prazo final, nos termos estabelecidos entre os partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Aplicam-se à execução deste ACORDO, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS E ELEIÇÃO DE FORO

As controvérsias acerca da execução deste ACORDO de Cooperação serão supridas de comum acordo entre a CGU e o ESTADO, podendo ser firmados, se necessário, Termos Aditivos que farão parte integrante deste instrumento, na forma do disposto na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Caso não seja possível a resolução prevista no caput, deverão os signatários solicitar o deslinde da controvérsia pela Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, utilizando-se, para tanto, da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Pública Federal – CCAF, instituída pela Portaria nº 1.281, de 27 de setembro de 2007, do Advogado-Geral da União.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Para dirimir as eventuais controvérsias que não possam ser solucionadas administrativamente, na forma da disposição anterior, é competente o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os detalhes operacionais necessários ao pleno cumprimento das obrigações ora assumidas serão estabelecidos de comum acordo pelos partícipes, por meio de deliberações registradas em expedientes internos ou em atas de reuniões compartilhadas, e as dúvidas dirimidas por mútuo entendimento entre os partícipes.

E, por estarem em comum acordo, assinam o presente ACORDO de Cooperação em duas vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas infra signatárias, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Brasília-DF, de de 2018.

Partícipes:

JOSÉ MARCELO CASTRO DE CARVALHO	PAULO ELI
--	------------------

Secretário Executivo Substituto

Secretário de Estado da Fazenda

Testemunhas:

Nome: Cleomar Viana Batista

Nome: Caio Jamundá

RG: 1.052.832 - SSP/DF

RG: 1.575.763 – SSP/SC

CPF: 552.713.246-72

CPF: 016.206.858-17



Documento assinado eletronicamente por **CLEOMAR VIANA BATISTA, Auditor Federal de Finanças e Controle**, em 03/07/2018, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Caio Jamundá, Usuário Externo**, em 11/07/2018, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Eli, Usuário Externo**, em 26/07/2018, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE MARCELO CASTRO DE CARVALHO, Secretário-Executivo**, em 31/07/2018, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cgu.gov.br/conferir> informando o

código verificador 0753958 e o código CRC 88E40409

Referência: Processo nº 00190.007224/2009-07

SEI nº 0753958